

EM RIO PRETO DA EVA

Fotos: Ricardo Oliveira



MORADOR Menino da etnia tucana pertence a uma das famílias residentes na região ocupada há nove anos pelos agrupamentos indígenas e agora ameaçados de expulsão

Índios lutam por terra

ÁREA DE 42 HECTARES NA ZONA URBANA DA CIDADE ABRIGA 15 FAMÍLIAS INDÍGENAS QUE TERIAM SIDO VÍTIMAS DE AGRESSÃO POR PARTE DA PM

RODRIGO ARAÚJO
 ENVIADO ESPECIAL

RIO PRETO DA EVA, AM – A disputa por uma área de 42 hectares na zona urbana do Município de Rio Preto da Eva (a 80 quilômetros de Manaus) está provocando um clima de tensão na cidade. O terreno está sendo alvo de disputa judicial entre um grupo de 15 famílias indígenas de várias etnias, que mora no local há cerca de nove anos, e a comerciante Arlene da Glória Alves Monteiro, que comprou a área em 1997 e a transformou num loteamento.

No dia 19 de novembro último, um dos compradores tentou limpar seu lote com mais quatro pessoas, mas todos foram expulsos da terra por indígenas que chegaram a disparar flechas contra eles. "A Justiça determinou que ninguém pode vender terreno nem mexer na área enquanto o juiz não decidir de quem é a terra. Portanto, todos que tentarem invadir o local serão recebidos da mesma forma", alertou o artesão sateré-maúé Estevão Sodré Rodrigues, 35, lembrando que o procurador de Arlene Monteiro, o comerciante Antônio Tadeu Drumont Geraldo, 45, continua comercializando os lotes, apesar da decisão judicial.

Estevão reclamou da ação da Polícia Militar, que foi acionada pelo grupo atacado logo após o incidente. "O delegado chegou à comunidade dando tiros de advertência e gritando com todos. Ele ofendeu a gente dizendo que os índios eram vagabundos", disse.

Segundo o artesão sateré-maúé

Fausto Andrade Sateré, as famílias indígenas foram instaladas na área há nove anos pelo antigo dono do terreno, o americano Richard Melnik. Fausto explicou que a idéia de Richard era montar uma comunidade com representantes de várias etnias. "Ele queria montar o projeto Beija-Flor, para abrigar os índios que moravam na cidade e tentar fazer um trabalho de resgate cultural. Mas um acidente automobilístico deixou Richard meio caduco e ele terminou vendendo a área por apenas R\$ 2 mil", comentou.

Hoje, as famílias que moram na comunidade Beija-Flor – cerca de 34 pessoas – sobrevivem do trabalho de artesanato, que é vendido em feiras e lojas especializadas. "Não podemos plantar porque a Justiça determinou que ninguém pode tocar na mata até a decisão do juiz", lembrou Estevão.

REGULARIZADO

O comerciante Tadeu Drumont disse que o loteamento está todo regularizado junto à Prefeitura

de Rio Preto da Eva e devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis do Município. "É um investimento alto no setor imobiliário que só trará benefícios para o Rio Preto da Eva. Mas estou sendo prejudicado pela atitude inescrupulosa de determinados indivíduos que se dizem indígenas", desabafou. "Compramos o terreno de forma legal. O problema é que esse pessoal havia sido instalado pelo antigo dono e para tirar essa gente está sendo uma luta. Não temos culpa se o projeto do antigo dono não deu certo", avaliou.

Drumont afirmou que a maioria das famílias que está na comunidade Beija-Flor não precisa de terreno, pois já possui casa própria, inclusive em Manaus. "É a situação do casal de comerciantes Benedito e Zeila Vieira, que mora na rua Norberto Von Gal, 335, no conjunto Santos Dumont, e está estabelecido comercialmente na feira de artesanatos da praça Tenreiro Aranha, no Centro", denunciou.



PROTESTO Índios se dizem os verdadeiros donos da terra

Artesão é denunciado por 'grilar' terrenos

O delegado de polícia de Rio Preto da Eva, sargento PM Joel Zelian de Souza Castro, instaurou um inquérito policial para apurar a denúncia de prática de "grilagem" contra o artesão Fausto Andrade Sateré. O denunciado estaria vendendo ilegalmente terrenos localizados na área que está sob litígio.

De acordo com Zelian, foram ouvidas duas testemunhas que disseram ter pago a Fausto determinada quantia em dinheiro por um lote de terra da área ocupada pelos indígenas.

Uma das testemunhas contra Fausto, o técnico do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam) Dayson Siqueira Pinto, 54, disse que pagou R\$ 1 mil por um terreno de 30 metros por 50 metros, que fazia parte da área onde os indígenas estão instalados. "Negociei diretamente com o Fausto e fiz o pagamento à vista e com dinheiro. Ele não me deu nenhum recibo ou comprovante e só depois fiquei sabendo que a terra está na Justiça", comentou.

A outra testemunha, o motorista Zilmar Bezerra, 27, declarou em depoimento que pagou R\$ 360 à vista e também em dinheiro por um lote de terra que ainda não foi medido. O motorista alegou que não recebeu nenhum comprovante da negociação e que a transação

foi toda realizada verbalmente.

RELATÓRIO

Zelian informou que solicitou à Fundação Nacional do Índio (Funai) um relatório para saber se a área ocupada pelas famílias é considerada reserva indígena. "Eu nunca soube de nenhuma reserva aqui em Rio Preto da Eva. Quero saber se eles têm direito à terra, pois a denúncia de venda de lotes

é bastante séria. Vou anexar o documento da Funai ao inquérito e remeter à Justiça", explicou.

O delegado quer saber também se as pessoas que moram na comunidade Beija-Flor são realmente indígenas ou apenas invasores querendo se aproveitar da situação. "Pedi ao administrador regional da Funai que identificasse os moradores de acordo com sua etnia e como eles foram parar na comunidade", revelou.



FAUSTO

Acusado de vender lotes irregulares

ADMINISTRADOR DA FUNAI

Prejudicados têm direito à indenização

O administrador regional da Funai, Benedito Rangel de Moraes, disse que a área da comunidade Beija-Flor não é considerada reserva indígena. "O que sabemos é que existem algumas famílias ocupando o local há nove anos, mas não há nenhuma reserva legalmente constituída em Rio Preto da Eva", afirmou. Segundo Rangel, a Funai fez um levantamento na área e constatou que índios de pelo menos seis etnias

estão na área. "São 14 sateré-maúés, seis tucanos, quatro waiwais, dois barés, nove macuxis e 19 muras", informou. Na opinião de Rangel, os indígenas têm direito a uma indenização porque estão há muitos anos no local. "Mesmo perdendo na Justiça eles deveriam negociar uma indenização. Mas se ganharem terão todo o direito de requerer, junto à Funai, a demarcação da área", comentou.



RISCO

Morador aponta marca de tiros dos PMs